

Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Diretores da
Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Auditoria societária

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“demonstrações financeiras societárias”), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 6 de março de 2026, que contém opinião sem modificação.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

GRANDE SERTAO I TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
	explicativa				explicativa		
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	7	756	76	Fornecedores	11	53.249	724
Títulos e Valores Mobiliários	8	88.928	24.667	Debêntures	12	150.953	-
Despesas Antecipadas		3	15	Impostos e Contribuições a Recolher		376	231
Tributos a Recuperar		1.020	627	Dividendos		8.259	586
Outros Ativos Circulantes		361	82	Arrendamento Imobiliário		113	-
		<u>91.068</u>	<u>25.467</u>	Outros Passivos Circulantes		<u>2.015</u>	<u>789</u>
						<u>214.965</u>	<u>2.330</u>
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Despesas Antecipadas		257	25	Capital Social	14	79.614	25.760
Tributos diferidos	13a	4.650	41	Reserva Legal		1.862	123
Imobilizado	9	183.261	11.367	Reserva Especial		586	-
Intangível	10	234	93	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	9.676
Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge		1.685	17.929	Prejuízo acumulado		(17.557)	(896)
		<u>190.087</u>	<u>29.455</u>	Outros Resultados Abrangentes		<u>1.685</u>	<u>17.929</u>
						<u>66.190</u>	<u>52.592</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>281.155</u>	<u>54.922</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>281.155</u>	<u>54.922</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO I TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais	15	(5.202)	(1.238)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(5.202)</u>	<u>(1.238)</u>
Receita financeira		5.445	1.060
Despesa financeira		(10.043)	(2)
RESULTADO FINANCEIRO	16	<u>(4.598)</u>	<u>1.058</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(9.800)	(180)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	(3.137)	(7)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(6.663)</u>	<u>(187)</u>
RESULTADO POR AÇÃO		0,065	0,005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO I TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(6.663)	(187)
Outros Resultados Abrangentes	1.685	17.929
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(4.978)</u>	<u>17.742</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO I TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reservas de lucros		Resultados Abrangentes	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
		Subscrito	A Integralizar	Reserva legal	Reserva Especial				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital		34.286	-	-	-	-	-	-	34.286
Capital a Integralizar		-	(8.526)	-	-	-	-	-	(8.526)
Recebimento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	9.676	-	9.676
Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	-	-	(187)	(187)
Destinação de Lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal		-	-	123	-	-	-	(123)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(586)	(586)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	17.929	-	-	17.929
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	14	34.286	(8.526)	123	-	17.929	9.676	(896)	52.592
Integralização de Capital		45.328	8.526	-	-	-	(9.676)	-	44.178
Reserva Especial		-	-	-	586	-	-	-	586
Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	-	-	(6.663)	(6.663)
Destinação de Lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal		-	-	1.739	-	-	-	(1.739)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(8.259)	(8.259)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	(16.244)	-	-	(16.244)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	14	79.614	-	1.862	586	1.685	-	(17.557)	66.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO I TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(6.663)	(187)
Ajustes:			
Depreciação do imobilizado	9	85	9
Amortização do Intangível	10	35	8
Depreciação de arrendamento por direito de uso		99	-
Juros e atualização sobre debêntures	12	7.975	-
Custo de captação sobre debêntures	12	2.023	-
IR e CS Diferido	13	(3.137)	(7)
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(5.701)	(1.112)
		(5.284)	(1.289)
Variações nos ativos e passivos:			
Impostos à recuperar		(393)	(627)
Despesas Antecipadas		(220)	(15)
Tributos diferidos		(1.471)	(34)
Outros créditos		(279)	(106)
Fornecedores		52.525	724
Tributos e contribuições sociais a recolher		145	302
IRPJ e CSLL Pagos		-	(71)
Outros passivos		1.228	788
Caixa líquido proveniente e (aplicado) das atividades operacionais		46.251	(328)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(172.257)	(11.477)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(353.375)	(51.157)
Resgate em títulos e valores mobiliários		294.815	27.602
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(230.817)	(35.032)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso		113	-
Integralização de Capital	14	44.178	25.760
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	9.676
Emissão de debêntures	12	145.000	-
Custo de captação de debêntures	12	(4.045)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		185.246	35.436
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		680	76
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		76	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		756	76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO I TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A. (“GRANDE SERTÃO I” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 13 de dezembro de 2023.

Em 28 de março de 2024, o Fundo de Investimentos em Participações Development Fund Warehouse, foi vencedor do Lote 4 da 1ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 01/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Esse lote possui três trechos compostos por quatro Linhas de Transmissão (LTs) de 500 kV, uma LT de 230 kV e seis subestações: cinco a ser ampliadas e uma nova a ser construída.

O projeto da Linha de Transmissão é a expansão da Rede Básica da área leste da Região Nordeste de forma a possibilitar o pleno escoamento das usinas já contratadas na Região Nordeste, ampliar as margens para conexão de novos empreendimentos de geração e atender ao crescimento da demanda local, nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

O Contrato de Concessão nº 07/2024-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 4 do Edital da 1ª Etapa do Leilão 01/2024 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 28 de junho de 2024 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até junho de 2054. A data prevista no contrato de concessão para entrada em operação comercial das instalações de transmissão é 30 de junho de 2029.

Em 14 de novembro de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 1.677, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), tal benefício poderá ser usufruído nas aquisições realizadas no período de 5 anos contados da data de sua habilitação.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com um investimento estimado de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão para a construção do empreendimento, a ser realizado ao longo dos próximos três anos. Os principais contratos essenciais para a implementação do projeto já foram formalizados. Entre os principais acordos firmados, destaca-se o contrato com a CSS, responsável pela execução completa de todos os serviços, obras, compreendidas entre os trechos Ceará Mirim II – João Pessoa II C1, João Pessoa II – Pau Ferro C1, a Alubar para fornecimento de cabos de alumínio, a SAE para o fornecimento de ferragens para cabos condutores, a Brametal para o fornecimento de torres e estruturas metálicas, a Belgo para o fornecimento de cabos de aço.

A concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$111,7 milhões - data de referência 15 de setembro de 2023) será reajustada anualmente pelo IPCA. A RAP prevista atualizada com referência dezembro de 2025, estimada em R\$ 118,3 milhões.

Durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, a Companhia sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

No período, a Companhia realizou captação por meio de emissão de debêntures de curto prazo, caracterizadas como instrumento de financiamento temporário (empréstimo-ponte). Em função deste fato em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 123.897 mil, onde, está prevista a estruturação de financiamento de longo prazo no exercício, cujos recursos serão destinados à liquidação integral da dívida de curto prazo atualmente vigente e ao financiamento da conclusão total do projeto. O acionista se compromete a dar todo suporte financeiro a Companhia para finalização do projeto.

2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas serão reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrerá os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

“A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.”

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base tributária para apuração fiscal corrente, o valor dos dividendos e da reserva legal é o lucro apurado de acordo com as práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 17 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas notas explicativas nº 3.1 a nº 3.10, nas páginas 10 a 14, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1. Imobilizado

4.1.1. Imobilizado em Serviço

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, tornando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.1.2. Imobilizado em curso

A Concessionária agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, transferindo para o Imobilizado em Serviço de acordo com Resolução vigente da ANEEL.

4.2. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

4.3. Reconhecimento da Receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Concessionária é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

4.4. Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Não ocorreram alterações e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis em vigor que resultassem em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em 2025.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 2026.

As alterações em pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 40/ IFRS 7	Divulgação de instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 48/ IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027

A Companhia aguardará a orientação da ANEEL para avaliar se as respectivas normas serão aderidas ao MCSE.

Não há outras normas e interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1. Perda (“Impairment”) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Caso ocorra, os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de provisão para “impairment” tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

5.2. Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado

Os investimentos realizados são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

6.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

Salvo pelo ativo contratual e pelo capital a integralizar, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros, contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(I) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(II) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme mencionado na nota explicativa 3.1 – III), em 02 de abril de 2024 a Companhia contratou instrumentos derivativos do tipo “NDF – Non Deliverable Forward” para proteção do risco de variação do dólar americano decorrente de seu compromisso firma de aquisição de cabos de alumínio a serem utilizados na construção de linhas de transmissão. As informações dos instrumentos derivativos contratados bem como do item a ser protegido estão demonstrados como segue:

Itens protegidos

<u>Descrição dos materiais</u>	<u>Qt./Tons</u>
Cabo de Alumínio Liga 1120 – 836 MCM	5.064
Cabo de Alumínio com Alma de Aço Grosbeak – 636 MCM	300
Total	5.364

<u>Cronograma de aquisição conforme Contrato</u>	<u>Qt./Tons</u>	<u>Preço fixado – USD (*)</u>	<u>Total - USD</u>
<u>Data</u>			
02/02/2026	894	2.893	2.586.342
02/03/2026	894	2.900	2.592.600
01/04/2026	894	2.908	2.599.752
05/05/2026	894	2.916	2.606.904
01/06/2026	894	2.924	2.614.056
03/07/2026	894	2.931	2.620.314
Total	5.364	-	15.619.968

(*) Valores serem faturados por tonelada. Independentemente da variação a ser registrada na cotação do Alumínio, conforme LME (“London Metal Exchange”), os preços foram fixados em USD, incluindo um prêmio de USD 290 por tonelada. Referidos valores denominados em USD serão faturados em R\$ nas respectivas datas de aquisição/faturamento, conforme quadro acima e serão liquidadas em R\$ pela Companhia.

Itens de proteção (derivativos – NDF):

<u>Contratação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor nocial – USD</u>	<u>Taxa – USD/R\$</u>	<u>Indice cobertura</u>
02/04/2024	02/02/2026	2.593.657	5,4371	100,28%
02/04/2024	02/03/2026	2.599.932	5,4604	100,28%
02/04/2024	01/04/2026	2.607.140	5,4849	100,28%
02/04/2024	05/05/2026	2.614.277	5,5100	100,28%
02/04/2024	01/06/2026	2.621.449	5,5333	100,28%
02/04/2024	03/07/2026	2.627.276	5,5603	100,28%
Total		15.663.731		

Variações do valor justo dos derivativos – acumuladas em “Outros resultados abrangentes – ORA” em 31 de dezembro de 2025:

<u>Contratação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor nocional – USD</u>	<u>Ganho (perda) em 31 de dezembro de 2025 – R\$</u>
02/04/2024	02/02/2026	2.593.657	198
02/04/2024	02/03/2026	2.599.932	236
02/04/2024	01/04/2026	2.607.140	272
02/04/2024	05/05/2026	2.614.277	299
02/04/2024	01/06/2026	2.621.449	333
02/04/2024	03/07/2026	2.627.276	347
Total		<u>15.663.731</u>	<u>1.685</u>

6.2. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31/12/2025</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	<u>88.928</u>	<u>88.928</u>
	<u>88.928</u>	<u>88.928</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>756</u>	<u>756</u>
	<u>756</u>	<u>756</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	<u>53.249</u>	<u>53.249</u>
Debêntures	<u>150.953</u>	<u>150.953</u>
	<u>204.202</u>	<u>204.202</u>
	<u>31/12/2024</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	<u>24.667</u>	<u>24.667</u>
	<u>24.667</u>	<u>24.667</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>76</u>	<u>76</u>
	<u>76</u>	<u>76</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	<u>724</u>	<u>724</u>
	<u>724</u>	<u>724</u>

6.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários, registrados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

6.4. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

2025					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	756	81	108	135
	Títulos e valores mobiliários	88.928	9.559	12.746	15.932
CDI%	Debêntures	150.953	16.227	21.636	27.045
2024					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	76	6	8	10
	Títulos e valores mobiliários	24.667	2.014	2.686	3.357

7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	3	3
Banco	753	73
	<u>756</u>	<u>76</u>

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<u>Circulante</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Certificados de depósitos bancários	88.928	24.667
	<u>88.928</u>	<u>24.667</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e vencimento maior que 90 dias.

9. IMOBILIZADO

<u>Imobilizado - R\$ Mil</u>	<u>Valor líquido</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Valor Bruto</u> <u>31/12/2025</u>	<u>Adições</u> <u>Líquidas</u>	<u>Depreciação</u> <u>acumulada</u>	<u>Valor líquido</u> <u>31/12/2025</u>
<u>Ativo Imobilizado em Serviço</u>						
Administração:						
Edificações, obras civis e benfeitorias	65	438	502	438	(118)	385
Móveis e utensílios	85	94	180	94	(10)	170
Máquinas e Equipamentos	<u>127</u>	<u>390</u>	<u>517</u>	<u>390</u>	<u>(57)</u>	<u>460</u>
Subtotal	<u>277</u>	<u>922</u>	<u>1.199</u>	<u>922</u>	<u>(185)</u>	<u>1.014</u>
<u>Ativo Imobilizado em Curso</u>						
Transmissão:						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.851	1.898	1.898	-	1.898
Máquinas e Equipamentos	1.456	4.117	5.752	4.296	-	5.752
Outros	9.614	164.828	174.440	164.826	-	174.440
Administração:						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	362	-	362	-	-
Móveis e utensílios	<u>20</u>	<u>171.158</u>	<u>158</u>	<u>171.158</u>	<u>-</u>	<u>158</u>
Subtotal	<u>11.090</u>	<u>171.158</u>	<u>182.247</u>	<u>171.158</u>	<u>-</u>	<u>182.247</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>11.367</u>	<u>172.080</u>	<u>183.447</u>	<u>172.080</u>	<u>(185)</u>	<u>183.261</u>

	<u>Taxas anuais médias</u> <u>de depreciação %</u>	<u>Bruto</u>	<u>Depreciação</u> <u>Acumulada</u>	<u>Valor Líquido</u>
<u>Em Serviço</u>				
Administração				
Custo Histórico	20,00%	<u>1.199</u>	<u>(185)</u>	<u>1.014</u>
		<u>1.199</u>	<u>(185)</u>	<u>1.014</u>
<u>Em Curso</u>				
Transmissão				
		182.090	-	182.090
Administração				
		158	-	158
		<u>182.247</u>	<u>-</u>	<u>182.247</u>
		<u>183.447</u>	<u>(185)</u>	<u>183.261</u>

	Taxas anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<u>Em Serviço</u>				
Administração				
Custo Histórico	20,00%	286	(9)	277
		<u>286</u>	<u>(9)</u>	<u>277</u>
<u>Em Curso</u>				
Transmissão		11.070	-	11.070
Administração		20	-	20
		<u>11.090</u>	<u>-</u>	<u>11.060</u>
		<u>11.376</u>	<u>(9)</u>	<u>11.367</u>

<u>Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</u>	Saldo 31/12/2024	Material/ Equipamentos	Serviço de Terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
<u>Em Curso</u>						
Edificações Obras Civas e Benfeitorias	-	1.852	-	-	-	1.852
Máquinas e equipamentos	1.456	3.128	-	-	-	4.583
A ratear	6.289	1.308	22.890	4.374	-	34.862
Adiantamentos a fornecedores	135	114.036	-	-	-	114.170
Desenvolvimento do projeto	1.815	-	2.554	-	-	4.370
Outros	1.395	-	-	-	21.015	22.410
Total do imobilizado em curso	<u>11.090</u>	<u>6.288</u>	<u>139.480</u>	<u>4.374</u>	<u>21.015</u>	<u>182.247</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica vinculados a estes serviços, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inseríveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que os produtos das alienações sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10. INTANGÍVEL

	2024	Adições	Valor Bruto 31/12/2025	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor líquido 31/12/2025
<u>Ativo Intangível - R\$ Mil</u>						
<u>Em serviço</u>						
Administração:						
Softwares	101	154	255	154	(44)	211
Total do Ativo Intangível	101	154	255	154	(44)	211
<u>Ativo Intangível em curso</u>						
Transmissão:						
Softwares	-	23	23	-	-	23
Subtotal	-	23	23	-	-	23
Total do Ativo Intangível	<u>101</u>	<u>177</u>	<u>278</u>	<u>154</u>	<u>(44)</u>	<u>234</u>

Ativo Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização (%)	2025		
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Administração				
Softwares		255	(44)	211
		<u>255</u>	<u>(44)</u>	<u>211</u>
Em Curso - R\$ Mil				
Administração				
Software		23	-	23
		<u>23</u>	<u>-</u>	<u>23</u>
		<u>278</u>	<u>(36)</u>	<u>234</u>

Ativo Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização (%)	2024		
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Administração				
Softwares	20%	101	(8)	93
		<u>101</u>	<u>(8)</u>	<u>93</u>

11. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Alubar	43.073	-
Brametal	5.779	-
Belgo	781	-
Tractebel	-	167
Lmeng	-	158
D-Geo	-	148
CR Gontijo	-	79
Deloitte	-	44
Ingram	-	33
Fluxo	39	28
Outros	3.577	67
	<u>53.249</u>	<u>724</u>

12. DEBÊNTURES

Moeda nacional	Taxa anual de juros a.a.	31/12/2025
Debêntures	CDI+ 1,60%	150.953
Principal		145.000
Juros		7.975
Custo de captação		(2.022)
		<u>150.953</u>
Circulante		<u>150.953</u>

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

	Debêntures			
	Principal	Amortização Custo de captação	Juros	31/12/2025
Debêntures - GSEC11	55.000	-	5.850	60.850
Debêntures - GSEC21	90.000	-	2.125	92.125
Custo de captação	(4.045)	2.023	-	(2.022)
Total	140.955	2.023	7.975	150.953

Em 01 de abril de 2025, a Grande Sertão I, concluiu sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória. Os recursos são destinados exclusivamente à implantação do projeto de transmissão (LT 500 kV Ceará Mirim II - João Pessoa II C1, CS; LT 500 kV João Pessoa II - Pau Ferro C1, CS; LT 500 KV Garanhuns II - Messias C1, CS; Trechos de LT 230 KV entre a SE Pilões III e o seccionamento da LT 230 kV Extremoz II - Campina Grande III C2; e SE 230/69 kV Pilões III), conforme o Leilão ANEEL 01/2024.

O valor total de captação previsto na Escritura é de R\$ 250.000, até a data de encerramento do exercício, apenas a 1ª e 2ª séries foram integralizadas, totalizando um aporte inicial de R\$ 145.000. A 3ª série permanece disponível para subscrição futura. A remuneração das mesmas está atrelada ao indexador CDI + 1,60% a.a., com vencimento total em outubro/2026. Essas debêntures não possuem cláusulas de repactuação e não são conversíveis em ações.

O contrato das debêntures possui cláusulas restritivas não financeiras, que em 31 de dezembro de 2025 estão sendo atendidas pela Companhia.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Diferido Ativo		
Prejuízos fiscais de Imposto de Renda	2.291	8
Bases negativas de Contribuição Social	889	33
	3.180	41

b) Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(9.800)	(180)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	(3.331)	(61)
Bônus e gratificações	194	68
Outros	-	6
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente	-	(48)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	3.137	41
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	3.137	(7)
	32%	14%

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 79.614 (em 2024 – R\$ 34.286) representado por 79.613.684 (em 2024 – 34.286) mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas.

No exercício de 2025 foi subscrito e integralizado o montante de R\$ 44.178.

Em fevereiro de 2025, houve transferências das ações, resultando em um único acionista, conforme Livro de Registro de Ações passando a ser apresentado da seguinte forma:

	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Participação %</u>
Grande Sertão Participações S.A.	<u>79.613</u>	<u>100</u>
	<u>79.613</u>	<u>100</u>

	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Quantidade de ações preferenciais</u>	<u>Participação %</u>
FI em Participações Development Fund Warehouse-Multiestratégia	17.486	-	51
Grande Sertão Participações S.A.	<u>-</u>	<u>16.800</u>	<u>49</u>
	<u>17.486</u>	<u>16.800</u>	<u>100</u>

b) Recursos Destinados a Aumento de Capital

Em 28 de fevereiro de 2025, mediante realização de assembleia geral extraordinária, a Companhia efetuou a conversão do adiantamento para futuro aumento de capital firmado em 26 de novembro de 2024, de forma irrevogável e irretroatável, o montante de R\$ 9.676.

c) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, quando aplicável, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

d) Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal e reserva especial:

d.1) Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Com base no resultado de R\$ 34.776 apurado nas demonstrações financeiras societárias, a Companhia destinou o valor de R\$ 1.739, como reserva legal. Nas demonstrações regulatórias esta reserva, foi registrada em prejuízos acumulados do exercício.

d.2) Reserva especial

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Reversão de provisão de dividendos mínimos obrigatórios foram realizadas as seguintes deliberações:

- Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2025 deliberando a reversão do valor de R\$586 de dividendos mínimos obrigatórios de 2024.

d.3) Dividendos propostos

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é obtida a partir do lucro líquido societário, diminuído da quota destinada à reserva legal.

Com base no resultado de R\$ 34.776 apurado nas demonstrações financeiras societárias, a Companhia propôs a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 8.259. Nas demonstrações regulatórias este dividendo, foi registrado em prejuízos acumulados do exercício.

15. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(3.344)	(487)
Administradores	(729)	(455)
Material	(148)	(58)
Serviços de Terceiros	(1.952)	(212)
Aluguéis	(136)	(4)
Seguros	(12)	(3)
Tributos	(15)	(2)
Depreciação e Amortização	(122)	(17)
(-) Recuperação de despesas*	1.256	-
	<u>(5.202)</u>	<u>(1.238)</u>

Transação efetuada por meio de termo de indenização entre Banco BTG Pactual e Grande Sertão I, pela reestruturação operacionais (vide nota explicativa nº 17).

16. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas financeiras:		
Tarifas bancárias	(10)	(1)
Juros e atualização sobre debêntures	(7.994)	-
Custo de captação de debêntures/outras	(2.039)	(1)
	<u>(10.043)</u>	<u>(2)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicação	5.701	1.112
(-) Tributos Receita Financeira	(256)	(52)
	<u>5.445</u>	<u>1.060</u>
	<u>(4.598)</u>	<u>1.058</u>

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia recebeu do Banco BTG Pactual S.A. o valor de R\$1.256 referente a indenização pela rescisão do acordo de divisão de estruturas e custos operacionais, firmado entre a Companhia e as geradoras Termelétrica Viana S.A., Linhares Geração S.A. e Povoação Energia S.A. (“geradoras”) em decorrência de reestruturação operacional das geradoras.

18. MEIO AMBIENTE

A Companhia obteve as principais Licenças Ambientais necessárias para o início da implantação do Projeto, encontrando-se apta ao início das atividades de construção.

- A Licença Prévia (LP) foi emitida pelo IBAMA no dia 29 de outubro de 2025.
- A Licença de Instalação (LI) foi emitida pelo IBAMA no dia 24 de dezembro de 2025.

19. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no exercício de 2025 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$719 e em 2024 o montante foi de R\$ 116.

20. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável a ser divulgados, de acordo com seus advogados internos e externos.

21. SEGUROS

Em dezembro de 2025, a cobertura de seguros era composta de:

Risco	Apólice	Vigência	Importância segurada
D & O	1109196676	04/10/2024 a 04/04/2026	R\$12.000
Garantia de Fiel Cumprimento – Setor Público	0306920249907751182531000	12/06/2024 a 28/09/2029	R\$ 49.526

a) Seguro Garantia da ANEEL:

De acordo com o Edital do Leilão 01/2024 da Aneel, a Companhia firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.

“A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 90 (noventa) dias após a data prevista para a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, devendo ser mantida nas condições definidas neste Edital.”

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em março de 2026, a Companhia aprovou o aumento do capital social para R\$ 149.614, mediante a emissão de novas ações ordinárias.

23. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Caixa e equivalentes de caixa	756	-	756	76	-	76
Títulos e valores mobiliários	88.928	-	88.928	24.667	-	24.667
Despesas antecipadas	3	-	3	15	-	15
Tributos a recuperar	1.020	-	1.020	627	-	627
Outros ativos circulantes	361	-	361	82	-	82
	<u>91.068</u>	<u>-</u>	<u>91.068</u>	<u>25.467</u>	<u>-</u>	<u>25.467</u>
Despesas antecipadas	257	-	257	25	-	25
Tributos Diferidos	4.650	3.179	1.471	41	41	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	(248.672)	248.672	-	(15.092)	15.092
Imobilizado	183.261	181.864	1.397	11.367	11.070	297
Intangível	234	-	234	93	-	93
Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge	1.685	-	1.685	17.929	-	17.929
	<u>190.087</u>	<u>(63.629)</u>	<u>253.716</u>	<u>29.455</u>	<u>(3.981)</u>	<u>33.436</u>
Total do Ativo	<u>281.155</u>	<u>(63.629)</u>	<u>344.784</u>	<u>54.922</u>	<u>(3.981)</u>	<u>58.903</u>
Passivo	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<u>Circulante</u>						
Fornecedores	53.249	-	53.249	724	-	724
Debentures	150.953	-	150.953	-	-	-
Impostos e Contribuições a Recolher	376	-	376	231	-	231
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	8.259	-	8.259	586	-	586
Arrendamento Imobiliário	113	-	113	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	2.015	-	2.015	789	-	789
	<u>214.965</u>	<u>-</u>	<u>214.965</u>	<u>2.330</u>	<u>-</u>	<u>2.330</u>
<u>Não Circulante</u>						
Tributos Diferidos	-	19.535	19.535	-	1.326	1.326
	<u>-</u>	<u>19.535</u>	<u>19.535</u>	<u>-</u>	<u>1.326</u>	<u>1.326</u>
<u>Patrimônio Líquido</u>						
Capital Social	79.614	-	79.614	25.760	-	25.760
Reserva Especial	586	-	586	123	-	-
Reserva Legal	1.862	-	1.862	123	-	123
Outros Resultados Abrangentes	1.685	-	1.685	17.929	-	17.929
Prejuízo acumulado	(17.557)	17.557	-	(896)	896	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	26.537	26.537	-	1.759	1.759
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	9.676	-	9.676
	<u>66.190</u>	<u>44.094</u>	<u>110.284</u>	<u>52.592</u>	<u>2.655</u>	<u>55.247</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>281.155</u>	<u>63.629</u>	<u>344.784</u>	<u>54.922</u>	<u>3.981</u>	<u>58.903</u>

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações Continuadas						
Receita líquida	-	233.580	233.580	-	15.092	15.092
Custo sobre serviços prestados	-	(170.795)	(170.795)	-	(11.070)	(11.070)
Lucro bruto	-	62.785	62.785	-	4.022	4.022
Despesas gerais e administrativas	(5.202)	-	(5.202)	(1.238)	-	(1.238)
Resultado operacional	(5.202)	-	(57.583)	(1.238)	4.022	2.784
Receita Financeira	5.445	-	5.445	1.060	-	1.060
Despesas Financeira	(10.043)	-	(10.043)	(2)	-	(2)
Resultado financeiro	(4.598)	-	(4.598)	1.058	-	1.058
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(9.800)	62.785	52.985	(181)	4.022	3.842
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	(48)	-	(48)
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.137	(21.346)	(18.209)	41	(1.368)	(1.326)
(Prejuízo) Lucro do exercício	(6.663)	41.439	34.776	(186)	2.655	2.468
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>						
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(6.663)	41.439	34.776	(187)	2.655	2.468
Ajuste						
Depreciação do imobilizado	85	-	85	9	-	9
Amortização do Intangível	35	-	35	8	-	8
Depreciação de arrendamento por direito de uso	99	-	99	-	-	-
Juros e atualização sobre debêntures	7.975	-	7.975	-	-	-
Custo de captação sobre debêntures	2.023	-	2.023	-	-	-
IR e CS Diferido	(3.138)	21.347	18.209	(6)	1.332	1.326
Rendimento de Títulos e Valores Mobiliários	(5.701)	-	(5.701)	(1.112)	-	(1.112)
Remuneração do Ativo de Contrato	-	(62.785)	(62.785)	-	(15.092)	(15.092)
	(5.285)	-	(5.285)	(1.288)	(11.105)	(12.393)
<u>Variações nos ativos e passivos</u>						
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	(170.795)	(170.795)	-	-	-
Impostos a recuperar	(393)	(1.472)	(1.865)	(627)	-	(627)
Despesas Antecipadas	(220)	-	(220)	(15)	-	(15)
Tributos Diferidos	(1.470)	1.470	-	(34)	34	-
Outros créditos	(279)	-	(279)	(106)	-	(106)
Fornecedores	52.525	-	52.525	724	-	724
Tributos e contribuições sociais a receber	145	-	145	302	-	302
Tributos Pagos	-	-	-	(71)	-	(71)
Outros passivos	1.228	-	1.228	788	-	788
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	46.250	(170.797)	(124.544)	(328)	(11.070)	(11.398)
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>						
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(172.081)	170.796	(1.285)	(11.477)	11.070	(407)
Aquisições de bens do Intangível	(176)	1	(177)	-	-	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(353.375)	-	(353.375)	(51.157)	-	(51.157)
Caixa líquido provenientes das atividades de investimentos	294.815	-	294.815	27.602	-	27.602
	(230.817)	170.797	(60.022)	(35.032)	11.070	(23.962)
Integralização de Capital	44.178	-	44.178	25.760	-	25.760
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso	113	-	113	-	-	-
AFAC	-	-	-	9.676	-	9.676
Emissão de debêntures	145.000	-	145.000	-	-	-
Custo de Captação de debentures	(4.045)	-	(4.045)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	185.246	-	185.246	35.436	-	35.436
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	680	-	680	76	-	76
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76	-	76	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	756	-	756	76	-	76

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(i) Ativo de contrato e ativo financeiro

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos.

Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

(ii) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 20 os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

(iv) Receita operacional bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.